



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO VI - Nº 74 - 1ª QUINZENA DE SETEMBRO DE 1994 - R\$ 0,35 - SOLIDÁRIO: R\$ 0,70

**ABAIXO
O PLANO
REAL!**

**Lutemos contra o
plano que congela nossos salários!
Façamos a unificação das campanhas!**

VOTO NULO

**CONTRA A FOME E A MISÉRIA
CONSTRUIR O PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
PELO GOVERNO OPERÁRIO E CAMPONÊS**

Leia o jornal



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS
MASSAS

Tendência pelo
P O R
Partido Operário Revolucionário

Inflação continua a corroer os salários no Real

A divulgação do índice oficial da inflação de agosto mostra como não há estabilidade econômica de verdade. O IPC-r foi de 5,4% e elevou o acumulado em dois meses para 12%. Quer dizer que, só de 1º de julho até 31 de agosto, os salários já perderam 12%, fora o que já tinham perdido por causa da alta inflacionária e das duas conversões (URV e Real). O índice IGPM foi ainda maior: 7,56% em agosto. A inflação continua e não dá mais para dizer que a culpa é dos aumentos residuais (anteriores a 1º de julho).

O governo prepara medidas para conter a alta dos preços até as eleições e um novo pacote para depois do 1º turno. Nas primeiras semanas de setembro, o governo determinará medidas de contenção do consumo e de incentivo à poupança. Quer aprofundar a recessão, que já tem crescido, como mostram o crescimento da inadimplência (não pagamento) de prestações e a queda das vendas no comércio (as consultas sobre crédito caíram mais de 30% em agosto).

Para incentivar a poupança, o governo terá que favorecer os investimentos, ou seja, pagar mais juros. Isso vai piorar a situação de caixa do governo e aumentar a emissão de moeda, que já foi 20% superior ao previsto no começo do plano. As consequências serão sentidas pelos assalariados após as eleições.

Para depois do primeiro turno, o governo quer lançar um pacote econômico, que já está sendo chamado de "emendão". Seu conteúdo são as reformas tributária e da previdência e a flexibilização dos monopólios estatais. Justamente aquilo que se pretendia com a revisão constitucional que fracassou.

O governo procura limitar o rombo nos cofres públicos. As altas taxas de juros que o governo está sustentando para manter valorizado o Real estão abrindo um enorme buraco nas contas públicas. O tal de "emendão" serviria para aumentar impostos, cortar verbas dos estados e municípios; atacar a previdência, acabando com a aposentadoria por tempo de serviço; entregar a Telebrás e a Petrobrás ao capital estrangeiro, por meio de uma privatização camuflada. O governo privatizaria inicialmente os serviços e manteria um controle formal, e depois, na revisão constitucional do ano que vem, só faltaria formalizar a entrega. Em resumo:

o governo quer atacar a previdência e os salários para criar condições para manter o parasitismo financeiro interno e externo. E entregar as estatais das telecomunicações e minérios ao capital estrangeiro.

A equipe econômica quer também acabar com as reposições salariais, que ainda se mantêm nas datas-base das categorias. A equipe do ministro Ricúpero diz que a reposição de salários nas datas-base gera uma pressão inflacionária. Mas os salários estão congelados desde março e a inflação continua. O que Ricúpero quer é arrochar ainda mais os salários para elevar o lucro dos capitalistas e mantê-lo mesmo atravessando uma recessão.

O plano está num momento de dificuldades. As concessões feitas pelo governo aos exportadores, com favorecimento em relação aos impostos, não conseguiu eliminar as perdas decorrentes da supervalorização artificial do real diante do dólar. Os empresários pressionam o governo para acabar com esse mecanismo e estabelecer ao menos a igualdade cambial entre as moedas.

A burguesia sabe que a inflação continua e tende a crescer novamente. O comércio de bens para a classe média está embutindo ágio ou altas taxas de juros de financiamento, que são medidas preventivas e têm pressionado contra o consumo. As taxas de inflação acumuladas em julho e agosto já começam a ser repassadas aos preços, alimentando a inflação de setembro. A burguesia trabalha para que FHC ganhe logo no 1º turno. Acha difícil sustentar a inflação baixa até meados de novembro. Enquanto isso, os salários vão sendo comidos pelos reajustes de preços.

A estabilidade econômica não é possível numa conjuntura de crise mundial capitalista. A inflação é um mecanismo de expropriação salarial e de sustentação artificial da especulação financeira. O tamanho colossal que assumiu o capital especulativo não permite taxas de juros baixas. Os monopólios da produção e do comércio puxam os preços onde querem e ganham duplamente através da ciranda financeira. No caso do Brasil, a situação é ainda pior, por causa do tamanho do sistema bancário e sua dependência das aplicações e por causa da dimensão das dívidas interna e externa.

Para o assalariado, o que interessa é a possibilidade de tenha o salário de sustentá-lo e à sua família. Com inflação alta ou baixa, o que importa é o valor do salário e se ele acompanha ou não os preços.

O plano Real precisa ser combatido pelo movimento nacional de massas. Não é possível reformá-lo, porque sua essência é o arrocho salarial e a entrega nacional. As direções das organizações de massas estão numa posição de sustentação do plano em função de interesses eleitorais. Exijamos as assembleias em todas as categorias, a aprovação da unificação das lutas e a efetivação de uma campanha nacional de luta para pôr abaixo o plano de fome e miséria.



Reformismo sustenta o plano

A classe média tem apoiado o plano econômico. Pode, apesar das taxas de juros elevadas, fazer compras a crédito. A inflação baixa é sempre prometida como definitiva pelo governo. Os meios de comunicação procuram fazer acreditar num plano bem elaborado, quando a verdade é que trata-se de um plano tão frágil quanto o Cruzado.

Mas a classe operária está muito descontente. Os salários estão insuportavelmente baixos. Os preços na alimentação estão subindo mais que em outros setores. As greves começam a acontecer uma após outra. Mas têm sido isoladas pela política das direções, que mantêm o apoio ao plano e negam-se a chamar a unidade da classe.

A direção direitista, a Força Sindical, está empenhada no apoio ao plano. Tem utilizado a tática de antecipar as greves por fábrica onde exista descontentamento. Colocam essas greves na perspectiva da negociação e mediação do Tribunal do Trabalho e derrotam os movimentos com reajustes que vão de zero a 8%. Como não organizam essas greves, elas acontecem com a divisão entre grevistas e não grevistas nas fábricas. Assim, os patrões identificam os lutadores e demitem, contratando gente nova por um salário mais baixo. Ganham duplamente, porque os aumentos salariais são anulados pelas demissões e recontrações e ainda ficam livres dos mais combativos.

As direções da CUT também não combatem o plano. Vicentinho foi à TV e disse que apóia a estabilização econômica e a moeda forte, mas acha que os salários deviam ser maiores. Não conseguiu esconder o apoio ao plano. Os candidatos do PT têm dito abertamente que, se eleitos, continuarão o plano. Aloísio Mercadante chegou a afirmar que só o PT tem condições de

continuar com o plano Real. Como se vê, o reformismo sustenta o plano nas palavras e nas ações.

Nas negociações dos metalúrgicos do ABC com as montadoras de veículos, Vicentinho disse que partirá para as greves por fábrica. Trata-se de um isolamento deliberado. Sabe-se que os operários estão com disposição de luta, que as fábricas vão parar, mas nega-se a chamar a luta unitária, porque projetaria a luta contra o plano. Esta aí uma prova de que o reformismo está sustentando o plano.

A política de conciliação de classes leva as organizações de massa a colaborarem com a exploração capitalista sobre os operários. Na situação atual, isso significa apoiar um plano que sufoca a vida das massas e é instrumento de aplicação do neoliberalismo, que significa aumento da opressão nacional e ataque aos serviços sociais públicos (saúde, educação, previdência etc.).

A situação exige a unificação das lutas. Sem unidade, não conseguiremos arrancar a reposição das perdas e o plano de arrocho prosseguirá rumo ao fim da aposentadoria por tempo de serviço e ao aumento de impostos e corte de gastos com serviços sociais públicos. Construamos a unidade grevista através da unificação das campanhas salariais do 2º semestre. Defendamos as assembléias gerais massivas e a eleição de comandos de luta unificados. Abaixo o plano Real!

Nacional



Fim da palhaçada: absolvido último parlamentar envolvido no escândalo do orçamento

No dia 31 de agosto o Congresso Nacional absolveu o deputado Paulo Portugal das denúncias de corrupção no escândalo do orçamento. Assim, o balanço final do processo é o seguinte: dos 18 denunciados, 4 renunciaram, 8 foram absolvidos e só 6 foram cassados. Todos viram que havia listas com centenas de parlamentares envolvidos nos esquemas de corrupção. A CPI conseguiu abafar tudo e denunciou apenas 18, para serem julgados na Câmara de Deputados. Só 6 foram cassados. E deu-se um atestado de honestidade para os outros, apesar das provas incontestáveis de corrupção.

No caso de Paulo Portugal, che-

gou-se a apresentar cópias de cheques e depósitos de dinheiro público em suas contas particulares. E ainda foi absolvido. Mesmo os que foram cassados, não pagarão por nada. Só perderam seus mandatos.

O POR denunciou que a CPI era uma manobra para encobrir a corrupção e que só as massas organizadas poderia julgar a burguesia corrupta através dos Tribunais Populares. Criticamos as direções das organizações de massa que apoiaram a CPI e ajudaram a enganar as massas. Previmos que somente meia dúzia seria cassada como bodes expiatórios e que isso tudo ainda seria utilizado para dizer que os

outros são honestos e confiáveis.

As massas precisam romper com as ilusões nessa canalhada corrupta. A burguesia construiu seu estado sobre a base da corrupção. A corrupção só acabará com a destruição do estado operário, sob controle direto das massas. E isso só é possível através da revolução proletária.

Eleições alinham burguesia ao redor do plano

A candidatura pró-imperialista de Fernando Henrique tem crescido nas pesquisas. O IBOPE chegou a registrar 45% das intenções de voto para o candidato do PSDB/PFL. Enquanto isso, a candidatura reformista de Lula continua caindo: está com 23% das intenções de voto. Sabemos que as pesquisas são manipuláveis. Mas elas expressam que aprofunda-se a unidade burguesa ao redor da candidatura de FHC. Trata-se de colocar-se na perspectiva que tem apresentado maiores possibilidades eleitorais, por causa das pressões favoráveis ao plano, que têm repercutido na pequena burguesia.

Esse aumento da unidade burguesa ao redor da candidatura presidencial não significa a redução dos choques entre as frações. A disputa ao redor dos caminhos que seguirá o plano, principalmente após as eleições, prossegue nos bastidores. A utilização da máquina governamental em favor de FHC tem sido denunciada e sofre a denúncia do procurador geral da República. E as disputas locais prosseguem: em Minas Gerais, o candidato do PSDB,

Eduardo Azeredo, reclama da falta de apoio de FHC, que se mantém afastado para não prejudicar Hélio Costa, que o apóia na corrida presidencial e lidera a pesquisa em Minas. Em São Paulo, Covas tem caído nas pesquisas e foi atacado por Medeiros com denúncias de corrupção sobre seu assessor. Mas o próprio assessor de Medeiros é sócio do de Covas, e o pelego apoiado por Maluf acabou sujando a si mesmo.

Outro elemento da crise eleitoral é o crescimento dos votos nulos para parlamentares. A corrupção generalizada demonstrada no episódio da CPI do Orçamento, que abafou tudo, aumentou a desconfiança de uma parcela das massas em relação à democracia burguesa.

A crise do PT

A direção petista tem mostrado sinais de desespero com a queda das intenções de voto em Lula. Corre desesperadamente em busca de novos apoios, na tentativa de ampliar a aliança de sustentação da candidatura Lula. Chegou a supor a renúncia de candidatos nos estados em favor de candidaturas burguesas, numa barganha que teria como pagamento o apoio a Lula. Fracassou muito mais pela falta de disposição para tal acordo da parte dos partidos patronais.

Uma outra mudança de rumo foi a iniciativa de passar da ambiguidade ao apoio crítico ao plano. O PT nunca mostrou disposição para chamar a luta nacional de massas contra o plano. Mantinha-se numa posição ambígua, mas omissa. Agora está defendendo a falsa estabilização econômica e a pseudo-moeda forte. Critica os baixos salários, mas não defende a luta nacional de massa. Utiliza o controle bu-

rocrático da CUT para isolar as greves que estouram por fábrica. E chama o voto no PT para que ele possa ir à frente com o plano de arrocho.

Essa política não conseguirá reverter a tendência eleitoral, porque a burguesia aposta muito mais nos criadores do plano do que no plagiador. A traição do PT em função dos interesses eleitoreiros mostra que a corrupção política foi adotada como método do partido, que se integrou ao Estado burguês.

Voto Nulo contra o neoliberalismo e o reformismo traidor

As massas se mantêm iludidas com o processo eleitoral e com a democracia burguesa. Por isso é importante intervir nas eleições para defender o programa revolucionário e a ação direta das massas e para denunciar a democracia burguesa como expressão da ditadura de classe da burguesia sobre os oprimidos. A única forma de fazer isso na conjuntura atual é a defesa do voto nulo programático, contra a fome e a miséria, pela construção do partido operário revolucionário e pelo governo operário e camponês.

A participação nas eleições só pode estar voltada para armar política e organizativamente as massas para enfrentarem o arrocho salarial, a destruição dos serviços sociais públicos e a entrega nacional. Por isso é importante defender o voto nulo contra o governo, seu candidato FHC e também contra o reformismo que sustenta o plano amordaçando as organizações de massa. E em defesa da ação direta e independente das massas na luta por suas reivindicações.



O PSTU segue o PT

O PSTU afirma que está fazendo campanha por Lula para que os trabalhadores possam fazer a experiência com o reformismo. Inicialmente, propôs que o PT assumisse seu programa democrático radical. Chegou a afirmar que se o PT não assumisse essa política, acabaria constituindo um governo pró-imperialista, antirevolucionário. Mas, de antemão, reafirmou que mesmo que o PT não assumisse tal programa, apoiariam Lula. Mas o oportunismo não parou por aí.

No caso Bisol, o máximo que o PSTU fez foi pedir a renúncia do vice. Durante um mês o PT manteve o apoio a Bisol. O PSTU nunca cogitou sair da frente e manteve o apoio à chapa com o vice corrupto.

Nos programas da TV, o PSTU não defende que o PT chame a luta contra as privatizações e em defesa do estatismo. Muito menos que chame a luta de massa contra o plano Real. Por quê? Para não ser expulso da frente? O PSTU acata a linha da frente popular em função de interesses eleitoreiros.

A situação está pior: agora o PT parte para o apoio ao plano Real. O que o PSTU vai fazer? Vai romper com a frente ou vai manter-se nessa aliança que apóia o plano? Os militantes do PSTU precisam discutir a questão e deliberar pelo rompimento com a frente popular.

Nacional

Estado de São Paulo falido pelo PMDB

Os jornais estamparam as obras do governo estadual que estão paradas por falta de pagamento. As empreiteiras cobram do estado que pague as dívidas de 2,5 bilhões de dólares, senão não mexem mais nenhum tijolo. O governo, para atender os capitalistas da construção, terá que cortar ainda mais as verbas para educação, saúde etc.

A dívida atual de São Paulo é a maior dos últimos 30 anos. As causas desse endividamento são várias: a corrupção, que desde o governo Quéricia subiu a níveis históricos; a utilização de recursos públicos nas campanhas eleitorais; o favorecimento das empreiteiras em construções e obras inacabadas e

superfaturadas por todos os lados; e a queda da arrecadação do ICMS, causadas pela recessão e favorecimento de setores da economia (isenção ou redução de impostos a capitalistas).

A crise econômica que afeta o país, decorrente da crise mundial capitalista, também aprofunda a crise do estado. O parasitismo de frações capitalistas cresce. A arrecadação cai por causa da recessão. A corrupção aumenta.

O reformismo promete que tudo será diferente com um governo petista. Mas não explica como fará para enfrentar a queda da arrecadação, o parasitismo e o favorecimento de capitalistas. Ainda que

conseguisse se eleger, um governo petista seria um refém da burguesia.

Os movimentos operário, do funcionalismo e populares precisam se chocar contra o governo exigindo as verbas dos serviços sociais, salários suficientes para o sustento de funcionários e suas famílias e que os capitalistas paguem todos os impostos e os custos da crise, com isenção de impostos para os assalariados.



Queda nos salários é brutal em 6 meses

A indústria paulista é responsável por 40% da produção industrial brasileira. Nela, a participação dos salários nos custos de produção caiu 10,9% só no primeiro semestre deste ano. No mesmo período, a produtividade cresceu e refletiu-se, por exemplo, num aumento de vendas de 15,1% nos bens de capital.

O custo da hora trabalhada, cresceu, de 1988 até março de 1994, em 3,2%. No mesmo período, a produtividade cresceu 25,4%.

Esses dados mostram que existem cada vez menos trabalhadores empregados na indústria, ganhando cada vez menos e produzindo cada vez mais. Isso é a superexploração capitalista, que os

burgueses e alguns reformistas chamam de modernidade e aumento da produtividade.

Lutemos contra o esmagamento das vidas dos assalariados, exigindo redução da jornada de trabalho sem redução dos salários para que todos possam trabalhar e também o salário mínimo real e reposição de todas as perdas com a inflação.

Se o capitalismo não consegue mais sustentar seus escravos, então que morra!

Ato da CUT dia 25 de agosto

Publicamos abaixo manifesto distribuído pelo POR nas manifestações da CUT de 25 de agosto:

Aos trabalhadores

Popular

Não nos deixemos enganar pelas promessas eleitorais da política burguesa

Não aceitemos o desemprego que esmaga nossas vidas

Não nos curvemos perante o Plano Real, que congela os salários miseráveis e enriquece os patrões capitalistas

Não admitamos o salário mínimo esmoedor de 70 Reais, lutemos pelo salário mínimo vital de 550 Reais

Não nos encolhamos frente à ofensiva imperialista de desestatização e entreguismo do governo e seus partidos

Abaixo o Plano Real, antipopular e antinacional!

Estamos vendo que o candidato da frente burguesa PSDB/PFL/PTB, Fernando Henrique Cardoso, subiu nas pesquisas eleitorais, ultrapassando o candidato da Frente Popular, Lula. O governo Itamar e o próprio candidato dizem que se trata do apoio e consentimento dos trabalhadores ao Plano Real. Afirmam que com o fim da inflação alta a vida dos assalariados está melhorando e os banqueiros especuladores estão perdendo. Dizem que

de agora em diante o capital (patrões) e o trabalho (assalariados) podem produzir em favor da maioria, pois a minoria inescrupulosa de aproveitadores foi contida pelo Plano. Com isso, o burguês do PSDB pretende matar dois coelhos com uma só paulada: obter apoio ao Plano Real e ser eleito para dar continuidade a ele.

A classe média alta e a camada remediada, que procura estabilidade no interior do capitalismo, está convencida da cantilena. Por isso, debanda para o lado do PSDB. E exerce grande pressão sobre a classe operária para que também acredite que sua pobreza é apenas um sonho. Também a camada empobrecida da classe média urbana está sendo convencida a crer que a tormenta passou num passe de mágica. É com essas ilusões que a candidatura de FHC conta para dar continuidade ao governo neo-liberal, ou seja, de esmagamento da vida dos trabalhadores e de entrega do país às potências estrangeiras imperialistas.

É falso que o Plano Real favorece os empresários "produtivos", os assalariados e prejudica os banqueiros e monopólios. Os salários foram congelados por um ano no patamar mais baixo, o salário mínimo de 70 Reais previsto para setembro é criminoso e quem ganha com isso são apenas os capitalistas. A aliança do PSDB com o PFL demonstra que se trata de uma coligação de frações da classe capitalista, que vai de latifundiários, passa por grandes industriais nacionais, engloba os banqueiros internos e chega até o capital multinacional. É um governo de ampla aliança capitalista contra as massas exploradas, aumentada com o apoio recente do PPR de Maluf e outros que virão.

A capitulação e impotência do reformismo da Frente

Qual é a resposta da Frente Popular e da candidatura Lula ao Plano Real? Vendo que a classe média debanda para FHC e pressiona a classe operária para fazer o mesmo, Lula declara que dará continuidade ao Plano Real. Limita-se demagogicamente a fazer crítica verbal a alguns pontos, como o arrocho salarial. Assim, o reformismo capitula e demonstra sua impotência frente à ofensiva da burguesia tanto no plano político quanto econômico.

Uma outra prova disso é que a direção do PT deliberou pela renúncia de candidaturas estaduais fracas para apoiar candidatos burgueses, como Antonio Mariz (PMDB - Paraíba etc). O reformismo se mostra disposto a ampliar suas alianças a qualquer custo para ganhar votos.

O grave é que a Frente Popular maneja os sindicatos e a CUT para o eleitoralismo, tornando-os incapazes de enfrentar o Plano antipopular e antinacional. Do outro lado, a Força Sindical e as CGTs fazem o mesmo, criando uma grande muralha contra a luta direta dos trabalhadores. Esta ação política do reformismo e da direita sindical (Força Sindical, CGT) fortalece a ilusão de que o Plano estabiliza o capitalismo em crise e favorecerá as massas oprimidas.

Eis porque o governo conspira abertamente o fim da Previdência Social, a implantação da privatização dos serviços públicos e quebra do monopólio estatal da Telebrás, Petrobrás etc. Ou seja, Itamar já dá continuidade ao Plano FHC.

O programa da Frente Popular não se coloca diametralmente oposto ao entreguismo pró-imperialista da frente burguesa PSDB, PFL, PTB. Procura compor medidas neoliberais com manutenção de algu-

Nacional



mas medidas protecionistas do capital nacional. Por se colocarem na defesa da continuidade do capitalismo, a candidatura Lula e a Frente Popular se acham limitadas aos interesses dos monopólios, banqueiros, latifundiários, supermercadistas e, também, das potências imperialistas, que ditam a política econômica da semicolonização brasileira.

Por uma frente de luta de massas contra o Plano de fome e entreguista

O governo Itamar reuniu seus ministros e estabeleceu a orientação de golpear com toda a força as campanhas salariais dos petroleiros, portuários e bancários. A meta é não permitir que os trabalhadores não reivindiquem as perdas salariais da conversão do cruzeiro em real e manter o congelamento por um ano.

O candidato Lula não quer uma greve unificada que se choque abertamente com o governo, o Plano e transborde a demagogia eleitoral. Tem medo que a burguesia o culpe e perca mais votos da classe média. O presidente da CUT, Vicentinho, tem trabalhado contra as decisões do congresso dos petroleiros e dos bancários de sair em luta conjunta. Toda a burocracia sindical está enfiada na Frente Popular, eleitoreira e de conciliação de classes. Enquanto isso o governo prepara novas ofensivas de privatizações e de destruição de conquistas sociais.

É sabido que o Plano Real não tem fôlego longo. Logo mais estourará em novas crises. Por isso é preciso "novos ajustes", exigidos pelos credores internacionais. Por outro lado, o desemprego não diminui, aumenta. As fábricas intensificam a produtividade e demitem o excedente de mão de obra. São milhões de desempregados e subempregados. O que mostra que os capitalistas e seus governos não têm outra saída senão descarregar a crise sobre as massas assalariadas e camponesas pobres.

Não há plano econômico que não sirva para proteger os interesses dos exploradores e sacrificar os explorados. Esta é uma lei de funcionamento do regime de exploração do trabalho. Desta forma, os trabalhadores devem rejeitar as frentes eleito-

rais, como a Frente Popular de Lula, que se contrapõem às necessidades de união e luta das massas contra o governo e seus partidos lacaios.

É necessário, sim, uma frente de luta de massa que organize uma campanha nacional pela derrubada do Plano Real, pela defesa das reivindicações vitais e pela expulsão do imperialismo. A unificação das campanhas salariais, a defesa das ocupações camponesas das terras e a formação dos comitês de luta por todo o país pode ser o ponto de partida para reverter a situação de domínio da política burguesa e da burocracia sindical sobre as massas.

Voto programático pela construção do Partido Operário Revolucionário

O PT e seus aliados da Frente Popular são correntes que propõem a conciliação entre os exploradores e os explorados. A conciliação de classes significa manter a submissão dos trabalhadores à exploração capitalista e à política patronal. É por isso que a Frente Popular não é capaz de combater com os métodos de luta de massa a frente burguesa PSDB, PFL, PTB, PPR etc. O reformismo ilude os trabalhadores nas possibilidades de melhoria no interior do capitalismo. Por isso, é apenas uma variante da política burguesa de dominação.

O apoio a estes partidos da Frente Popular reforça o controle burguês sobre os oprimidos. É preciso compreender isso, para se ver a necessidade de construir um partido proletário e revolucionário. Ou seja, um partido capaz de unificar a maioria oprimida em torno da classe operária para destruir o poder político e econômico da burguesia. Justamente porque não temos o partido revolucionário implantado na vida dos explorados é que o governo, Fernando Henrique Cardoso e toda a classe capitalista podem aplicar impunemente um Plano que expropria o salário, aumenta o desemprego, destrói direitos sociais, entrega as riquezas nacionais e aumenta a submissão ao imperialismo.

A experiência do PT mostra que um partido de esquerda que pretenda chegar ao poder pela via eleitoral

tem de se corromper política e economicamente e se submeter às alianças com os escravizadores da classe operária e demais oprimidos. O partido revolucionário, ao contrário, se baseia nas leis objetivas das transformações históricas, em que as massas são responsáveis pela destruição do poder opressor e reacionário. Sem esta ferramenta, o proletariado não pode dirigir a maioria oprimida brasileira a romper com os partidos burgueses, com o reformismo e com a burocracia sindical vendida, para alcançar a independência de classe, aglutinar forças e destruir o regime de exploração do trabalho.

Os reformistas do PT dizem que a eleição de Lula colocará os operários e camponeses no poder. Essa afirmação é falsa. A eleição de Lula formará um governo de coalizão com os partidos burgueses, os capitalistas continuarão a ter o poder e as Forças Armadas assegurarão os privilégios dos poderosos. Esse é o conteúdo do chamado governo democrático-popular.

A estratégia do partido revolucionário é a do governo operário e camponês que sairá da revolução proletária. É esse o partido que temos de construir. Nas eleições, chamamos os trabalhadores a rejeitarem tanto os partidos oficiais burgueses quanto à Frente Popular de conciliação de classes e votarem nulo pela construção do Partido Operário Revolucionário e pela plataforma de luta.

Agosto de 1994

Nacional



"Não neguemos o passado"

"Não neguemos o passado" é um documento político do Coletivo Marxista da Paraíba que nos foi enviado. Trata-se de um trabalho voltado a demonstrar o significado das Frentes Populares, que por seu conteúdo de conciliação de classe com a burguesia desarma e trai a luta do proletariado. O Coletivo Marxista é um grupo de militantes que pertenceu ao extinto movimento CELTB, que pretendia unificar os trotskistas brasileiros. Finalmente, o CELTB aderiu à corrente mais adiantada no revisionismo do trotskismo, que é a Democracia Socialista (Jornal Em Tempo). Ficou demonstrado que tal movimento era guiado por objetivos oportunistas. A Democracia Socialista, hoje, se coloca abertamente contra a revolução proletária e assume plenamente a estratégia reformista

do governo democrático e popular do PT. O Coletivo Marxista surgiu da ruptura com a Democracia Socialista e com o PT, aglutinando militantes de outras correntes. O documento "Não neguemos o passado" é uma tentativa de retomada das posições marxistas e de delimitação com o PSTU e demais correntes de esquerda que permanecem no PT. Citemos duas passagens do texto: 1) "As correntes internas do PT, mesmo aquelas que se dizem "marxistas", estão submetidas à política da social-democracia, dos reformistas sem reformas, dos partidos sem paz. Como nos diz Trotsky: "Uns descobrem a inconsistência do marxismo, outros proclamam a falência do bolchevismo. Uns fazem recair sobre a doutrina revolucionária a responsabilidade dos erros e crimes daquelas que a traíram, outros maldizem a medicina, pois ela não assegura uma cura imediata e miraculosa. Os mais audaciosos prometem descobrir a panacéia e, enquanto esperam, recomendam a parada da luta de classes". Porém, essas correntes do PT podem dizer que são membros efetivos do PT, e por isto, estão sendo coerentes com a Frente Popular Burguesa"; 2) "Já em relação ao

PSTU, partido que se diz socialista, devemos fazer crítica bastante criteriosa politicamente, porque as correntes majoritárias desse partido "disseram", "afirmaram" que tinham rompido com a política do PT, a política da social-democracia, dos reformistas e as Frentes Populares". Vejamos bem: disseram e afirmaram para enganar quem? Será que somente as suas bases? Aos seus militantes? Ou, por extensão, aos seus militantes e trabalhadores? Para certas dúvidas, às vezes, é necessário que o futuro responda, esperar um pouco. Mas, neste caso, o presente por si só já responde, objetivamente, a estas interrogações. O PSTU é membro efetivo da Frente Popular, coligado oficialmente nos tribunais do Estado Burguês".

Estas duas colocações são certas. O Coletivo Marxista da Paraíba inicia com o documento "Não neguemos o passado" em processo de crítica e auto-crítica. É fundamental que façam um balanço desta natureza para poder impulsionar a construção do Partido Operário Revolucionário Internacionalista e de reconstrução da IV Internacional.

Cisão no PSTU e na LIT(QI)

A Tendência Bolchevique Internacionalista Brasil comunicou que a Conferência Internacional da TBI, realizada em julho, votou a ruptura com a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional) (LIT-QI). Considerou que a LIT (QI) já "não é mais a internacional construída por Moreno". Como vemos, a ruptura se dá no campo do morenismo, que se refere ao líder falecido Nahuel Moreno, responsável por construir uma organização revisionista do trotskismo. Esta divisão acentua a crise internacional do morenismo.

No Brasil, já são três as correntes: 1) A ex-Convergência Socialista, dissolvida no PSTU; 2) A Tendência Morenista Internacional (TMI) e, agora, 3) A TBI. A desagregação internacional da LIT-QI é descrita assim no comunicado: "Após o IV Congresso Mundial tivemos a ruptura da TMI, a divisão do partido espanhol provo-

cada pela ação claramente fracionista da SR italiana (que até então era vista pela TR como uma corrente principista), a expulsão dos companheiros da TBI do partido paraguaio e a dissolução da Convergência Socialista, a maior seção nacional da LIT, no PSTU".

Fica claro que o morenismo se reduziu a várias frações, revelando a ausência da elaboração do programa marxista e a estrutura aparelhista-oportunista, que não tem como resistir às manifestações da luta de classes. A dissolução da Convergência Socialista no PSTU é fruto da política de Nahuel Moreno de construir as Frentes Únicas Revolucionárias (FURs) para ajuntar correntes dispersas e distintas para formar o partido de massa (ver o folheto crítico da TPOR).

As acusações ao PSTU

A TBI faz as seguintes acusações: 1- A política do PSTU é eleitoralista, 2- O PSTU durante a CPI da corrupção se limitou a propor reformas no regime democrático burguês, 3- Capitulação crescente à burocracia lulista, 4- Integração orgânica na Frente Po-



pular, 5- Capitulação frente ao Plano Real, com a bandeira de congelamento de preços, aluguéis etc, 6- Dissolução da CS no PSTU e destruição dos organismos partidários, 7- Divisão do programa mínimo e máximo como faz o reformismo socialista, 8- Negação da concepção leninista do partido.

Tais caracterizações são verdadeiras. O problema é que a TBI não consegue extrair as raízes de tamanha adaptação e, por isso, também não pode reconhecer suas responsabilidades, uma vez que não é de hoje que a Convergência Socialista se submete ao reformismo petista e à burocracia sindical reformista (ao lulismo). A tática de empurrar a burocracia sindical e os reformistas para a esquerda e manter-se unida a estas correntes a qualquer custo sempre foi aplicada pela CS Morenista.

Se os militantes da TBI fizerem uma avaliação retrospectiva do Morenismo no Brasil, verão que a concepção de partido socialista amplo, aglutinador de várias correntes, inclusive anti-marxista, vigorou desde os primeiros momentos da CS. A própria Convergência Socialista surgiu desta concepção. Já houve outras visões no passado devido à negação do partido leninista, baseado em células, no centralismo democrático, no trabalho legal e ilegal e na elaboração coletiva.

Não é por acaso que a CS desembocou num partido constituído por correntes anti-trotskyistas, a exemplo do PFS, e de funcionamento frouxo, tendo por base não as células, mas sim os núcleos de filiação, e tendo por objetivo central intervir nas eleições. O ingresso à Frente Popular é consequência da linha democrática-oportunista.

Nenhuma crítica e auto-crítica à estratégia

O Morenismo (CS) se caracteriza por omitir a estratégia da ditadura do proletariado. Apóia-se na bandeira do governo dos trabalhadores, bastante amplo e diluidor do caráter de classe. Por isso a CS rejeita a formulação do governo operário e camponês, que encarnará a ditadura do proletariado. A clareza da estratégia programática é fundamental para direcionar a tática do partido. Não se pode desenvolver a política revolucionária, concentrada no objetivo de destruir o estado burguês e impor a ditadura proletária, sem uma clara delimitação do reformismo e do centrismo de esquerda. O que implica desenvolver uma linha de confronto sistemático e aberto às manobras e ao programa reformista de conciliação de classe.

A estratégia do governo dos trabalhadores impossi-

bilita tal delimitação e conduz ao apoio reformista. A formulação de um governo dos trabalhadores de Lula feita pela CS comprova esse fato. Pressupõe que o reformismo e o caudilhismo social-democrata constituirão um governo das massas oprimidas, que abriria caminho para uma futura revolução socialista. Trata-se da renúncia da estratégia própria da revolução proletária. A TBI não consegue ver a ligação existente entre a estratégia do indefinido governo dos trabalhadores com a tática eleitoral oportunista.

Sem dúvida, não devemos concluir que não faremos nenhum trabalho junto às bases do reformismo. Entretanto, este trabalho parte da defesa da unidade na ação das massas contra os capitalistas. A tática frentista revolucionária é oposta à tática eleitoral oportunista. Não desmascararemos o reformismo fazendo apologia de um governo dos trabalhadores de Lula e do PT se submetendo à Frente Popular. É preciso considerar a situação concreta da luta eleitoral.

A Frente Popular trabalha abertamente pela quebra das campanhas salariais, tendo Lula à frente, justamente com seu amigo Vicentinho, presidente da CUT. Como defender o voto no caudilho, quando este abertamente promete à burguesia que tudo fará para liquidar com o movimento unitário dos petroleiros, bancários etc.?

Como apoiar Lula se este promete aos grandes capitalistas conservar seus interesses? Qual é a posição da TBI? Continua a defender o voto em Lula, procurando se diferenciar com o burro argumento dos altamiristas (Causa Operária) de que uma coisa é chamar o voto em Lula e outro é participar na Frente Popular. Isso sem dizer qual é o papel efetivo de Lula na constituição da Frente Popular.

O rompimento da FBI será progressivo caso faça uma rigorosa anti-crítica estratégica e crítica ao revisionismo morenista. Caso contrário, se constituirá em mais uma variante do revisionismo, separado por razões aparelhista e por diferenças táticas circunstanciais.

Nacional



ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS
O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO
PROLETARIADO

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO
NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA
CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

Camponeses ocupam a sede do INCRA em Fortaleza

A miséria das crianças em Fortaleza

Provenientes de Itatira 21 famílias de camponeses ocuparam por uma semana a sede do INCRA em Fortaleza. Entre 10 e 12 de agosto, 15 camponeses utilizaram a greve de fome como protesto.

Eles representam a ocupação da fazenda Cachoeira I, onde o proprietário vendeu a parte da fazenda não ocupada e os 450 hectares restantes, por lei, não podem ser desapropriados. O latifundiário também mandou queimar a casa e a plantação dos camponeses como forma de aterrorizá-los.

No dia 15 de agosto eles retornaram a Itatira e devem ser transferidos para outra área. Só no Ceará já existem cerca de 2 mil inscrições para transferências. O caso destes camponeses por ser emergencial foi priorizado.

E as outras transferências? Certamente existem camponeses passando fome à espera destas. O estado burguês, através da burocracia do INCRA, é incapaz de resolver o problema da terra no país. A conquista da terra pelos camponeses pobres depende da liquidação do latifúndio através da revolução agrária. O combate ao terror dos latifundiários só será definitivamente vitorioso se os camponeses construírem comitês de autodefesa. A classe operária e a classe média arruinada urbana devem ter solidariedade ativa com o processo da revolução agrária, pois esta é parte da solução do problema da fome nas metrópoles.

Fortaleza é, entre as grandes cidades brasileiras, onde o submetimento da infância à miséria é mais acentuado. Segundo o IBGE, 64% das crianças de até 6 anos de idade vivem em extrema pobreza, em lares em que o pai de família recebe menos de 2 salários mínimos.

Este indicador social nos mostra que dentro do capitalismo não existe futuro, pois é um sistema que condena as crianças a passarem fome. Revela que o crescimento econômico no Ceará não serve aos interesses da maioria faminta e sim aos da minoria de parasitas que concentra riquezas e multiplica miséria. Mostra também que o que a imprensa burguesa chama de "exemplo de administração estatal" implica na miséria das massas.

Na faixa etária de 11 a 14 anos, Fortaleza tem a maior taxa de analfabetismo (13%), em situação semelhante estão outras grandes metrópoles nordestinas (Recife 12,7% e Salvador 10,5%).

Este índice tende a crescer, pois boa parte das crianças hoje famintas não conseguirá aprender a ler. Vemos também que é no Nordeste onde os índices de analfabetismo são maiores. Isto têm uma relação estreita com o atraso econômico da região, uma vez que a decadência econômica implica na destruição da educação e a ignorância emperra o progresso.

As crianças de Fortaleza não têm direito a saneamento básico: 87% das crianças de 0 a 6 anos de idade moram em casas com esgoto inadequado (boa parte vive literalmente na lama) e 38,5% não têm acesso a água tratada. Os surtos de doenças não vêm à toa, mas da incapacidade dos governos capitalistas em garantir condições mínimas de saneamento.

Frente a estes dados nossa atitude não pode ser outra diferente de fortalecer a luta direta em defesa da vida das massas para enfrentar as medidas antipopulares dos governos burgueses a nível local e nacional!

Movimento Popular em luta - Fortaleza

Os trabalhadores de Fortaleza dão duro para se sustentar, pois além das oito horas de batente são obrigados a sacrificar mais horas de seu dia no sufoco do transporte coletivo.

Queremos chamar o companheiro passageiro a conhecer e defender algumas propostas de seu interesse:

1- Criação do passe livre para desempregados! Quem perde o emprego passa meses sem dinheiro para sequer encher o estômago (evitar passar fome), como então conseguir dinheiro para rodar a cidade atrás de emprego?

2- Controle das

transportes (qualidade e tarifas) pelo movimento popular! Não confiamos em vereadores e prefeitos engravatados que estão a serviço dos donos de ônibus que nos tratam como sardinha, pois dependem do dinheiro dos empresários de transporte para se eleger!

3- Criação imediata da linha Messejana-Papicu Expresso! Para aliviar o sofrimento de quem anda no Grande Circular.

4- Estatização das empresas de ônibus! As empresas devem servir para transportar o povo e não para fazer fortuna de um punhado de parasitas (empresários) que só andam de carro de luxo. Isto só é possível através do controle das empresas pelos funcionários que pegam no pesado (motoristas, trocadores, etc) e pelos passageiros. Só assim teremos: qualidade, tarifa que o trabalhador possa pagar e trabalhadores do setor de transportes sem precisar fazer gre-

ve contra o arrocho de seu próprio salário.

5- Pela abertura da porta traseira! A saída de passageiros em ônibus lotado é um empurra-empurra e atraso de viagem. A situação só tende a piorar com a idéia do prefeito (que só anda de carro) em proibir a saída pela porta traseira (nos ônibus de três portas). Não aceitemos a ganância da prefeitura, os poucos que entram por trás não dão prejuízo pois só o fazem com ônibus lotado de gente que paga passagem!

Exija na sua associação de moradores a discussão do problema. Apóie ativamente qualquer movimento de passeata, bloqueio de ruas, etc. em defesa destas reivindicações.

Se você têm alguma sugestão de como fortalecer a luta em torno desta e de outras questões que atingem a maioria nacional oprimida nos procure desde já!



Eleições - Ceará

O controle das emissoras de rádio por parlamentares no Ceará.

Dos 46 deputados estaduais 26 possuem concessão de rádio. Apesar da hipocrisia da maioria dos parlamentares que negam a utilização política das rádios, sabemos que os meios de comunicação são de uso restrito das classes dominantes e dos políticos que as representam.

É preciso saber que 90% dos pedidos (890 requerimentos entre 1987 e 1990) apresentados à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Interior do Congresso Nacional tratam da concessão de canais de rádio. Isto porque os parlamentares burgueses sabem do valor que tem o palanque radiofônico.

Um deputado do PDT do Ceará é taxativo: "Não há perigo de ter na minha rádio a participação de opositores". Alguns admitem uso político de forma mais discreta afirmando que em um estado pobre como o Ceará apenas os políticos podem manter os custos de uma estação.

Os que têm consciência da utilização dos meios de comunicação pela burguesia não podem perder tempo na luta pelo fortalecimento e criação de novos meios de comunicação que atuam em defesa das massas exploradas.

Em entrevista à imprensa um deputado do PT defendeu inquérito policial para investigar as denúncias. Esta declaração equivale a esperar que a burguesia limite drasticamente sua própria liberdade de expressão, o que não ocorrerá. No capitalismo podemos ter certeza os meios de comunicação de massa serão utilizados (ou de forma aberta, ou de forma sutil) como instrumento de dominação de classe.

Uma cadeia de emissoras de rádio será uma ferramenta preciosa para organizar os trabalhadores na luta. Em particular os sindicatos camponeses devem construir este instrumento. Os trabalhadores não podem esperar concessões do parlamento burguês. Construamos emissoras clandestinas que defendam o programa da revolução proletária para por fim à opressão ideológica dos proprietários e politiquês!

Nacional

Ato contra a violência e a impunidade

Com esse título foi realizado na Pontifícia Universidade Católica (SP) um ato contra os assassinatos dos militantes do PSTU, José Luiz e Rosa, de camponeses e criança de rua. O acontecimento esteve longe de ter um caráter de luta revolucionária contra o Estado e a burguesia, responsável pelos assassinatos. A maioria dos oradores utilizou a tribuna para fazer discursos sobre a ética e violência, procurando sua solução através de pressões sobre a justiça e os governos.

A exposição de João Pedro, do Movimento Sem-Terra, demonstrou que dos 1500 assassinatos registrados nos últimos anos apenas 18 foram para julgamento, destes houve 6 condenações e destas nenhum condenado está

preso. Tal testemunho comprova que os assassinatos são acobertados e incentivados pelo próprio Estado. Desta forma, os discursos de lamentações acadêmicas e religiosas somente servem para demonstrar impotência.

Se o movimento operário e camponês não se organizar em comitês de auto-defesa e aumentar a capacidade de luta direta de massa, a burguesia continuará assassinando para defender seus interesses. A TPOR intervir nesse sentido com o panfleto que reproduzimos ao lado.



Manifesto

É preciso responder aos assassinatos políticos e sociais formando os comitês de auto-defesa

Os assassinatos de militantes, de líderes de movimentos, de trabalhadores que participam na luta e de crianças indefesas pelos grupos paramilitares expressam a violência de classe, ou seja, da classe burguesa. Trata-se da violência reacionária no poder econômico e político contra os trabalhadores e seus filhos desagregados pela fome. É preciso se opor à violência reacionária com a violência revolucionária, ou seja, através da luta de massa e da auto-defesa armada dos movimentos organizados. Não devemos aceitar a posição pacifista, que acoberta o conteúdo de classe dos assassinatos e da repressão estatal em nome de se opor à violência em geral. A visão pacifista desarma os movimentos dos explorados perante a ação repressiva e bárbara dos exploradores, que se escondem por detrás dos grupos paramilitares, dos jagunços, da

polícia e do exército.

A extrema concentração de riqueza nas mãos da minoria e a ampla miséria da maioria não podem ser sustentadas senão pela repressão, assassinatos e ameaças de morte. A violência é uma consequência do regime econômico de exploração do trabalho e da luta de classes. Quando o exército invadiu a CSN e matou alguns operários que ocupavam a fábrica, quando os sem-terra são desalojados por operações de guerra, quando o governador autorizou a desocupação da Vila Socialista matando dois sem-terra, quando a polícia prende líderes e os espanca na prisão, quando negociantes con-

Denúncia

tratam força própria para assassinar adultos e menores, expressam interesses concretos de dominação de classe.

O assassinato dos militantes do PSTU, José Luiz e Rosa, foi obra de latifundiários e usineiros. Eis porque a polícia mantém os executores e mandantes acobertados e porque o governo do estado acoberta a polícia. O terrorismo estatal e paramilitar - não nos está tão distante os acontecimentos do Rio Centro, o assassinato de Santo Dias, os desaparecimentos e mortes por tortura - é a condição para a sobrevivência dos monopólios, latifundiários, banqueiros e supermercadistas que mantêm no país 32 milhões de indigentes (pobreza absoluta).

Como calar milhões de desempregados e milhões que vivem com salário mínimo de 64,79 reais? A violência reacionária é uma extensão da política de dominação. Ela passa a ser exercida desde o momento em que os movimentos ultrapassam os limites da propriedade burguesa de exploração do trabalho e da legalidade que a consagra. O melhor controle dos famintos é a política dos reformistas, da burocracia sindical, que se vendem e traem os interesses dos explorados. Também funciona bem as ilusões democráticas burguesas nas eleições, que arrastam os trabalhadores a confiarem nos representantes parlamentares. Porém,

quando este controle é quebrado pela luta de massa - como ocupações de terra, de fábricas, greves - a repressão violenta e o terror estatal são a solução dos capitalistas. Não é por acaso que os reformistas de hoje seguem uma lei social da sociedade de classe: amanhã serão os futuros repressores.

Dizemos isso para rejeitar o pacifismo impotente dos reformistas e das próprias instituições parasitárias do Estado burguês. A resposta dos explorados não é o lamento, mas sim trabalho para organizar os movimentos de luta de massa e no seu interior constituir os movimentos de auto-defesa armados. É correto exigir a apuração dos crimes, mas como denúncia para os trabalhadores verem a impunidade e reconhecerem os responsáveis. Esta campanha de denúncia deve fazer parte da organização de movimentos.

Denunciemos o caráter de classe capitalista da violência reacionária!

Os responsáveis pelos assassinatos de José Luiz e Rosa são os latifundiários e o governador Fleury que os acoberta.

Pelo fim dos assassinatos sociais pelos grupos paramilitares.

Construir os comitês armados de auto-defesa.

Não ao pacifismo impotente!

Por tribunais populares para julgarem e condenarem os assassinos.

Denúncia

Vila Socialista continua Socialista

No último dia 28 de agosto, os moradores da Vila Socialista realizaram uma assembléia para decidir sobre o nome do conjunto habitacional. O governo estadual tem pressionado para mudar o nome do conjunto para qualquer outro. Mas a assembléia de mais de 400 moradores decidiu por aclamação manter Vila Socialista. E os sem teto do movimento popular que leva o nome Vila Socialista também fizeram sua assembléia e apoiaram a resolução.

A Vila Socialista não é só um nome de um

conjunto. É parte do patrimônio político e organizativo do movimento dos sem teto. A resistência dos moradores de Vila Socialista em 1990, quando a PM despejou-os de seus barracos matando 2 moradores e ferindo dezenas deles, teve projeção nacional e a lição foi incorporada no movimento vivo das massas. Depois da resistência nas escolas do Jardim Inamar e do período de permanência nos galpões, finalmente os moradores conseguiram a construção de apartamentos e puderam adquirir seus tetos.

Mas o governo pretende que a lembrança de Vila Socialista seja varrida do movimento. Joga para os moradores propostas de nomes de seus ídolos: Irmã Dulce, Ayrton Senna, Tancredo Neves. O objetivo é romper com o caráter de classe que teve o movimento, ao reivindicar o objetivo estratégico do socialismo para sua

luta, e separar as reivindicações dos moradores da luta da classe operária e dos outros sem teto. O movimento, ao se mudar para os apartamentos, sofreu uma fragmentação em condomínios separados. A comissão geral deixou de funcionar. A politização caiu e abriu espaço para a penetração das idéias da burguesia.

O movimento precisa rapidamente reconstruir sua organização, politizar os moradores, mostrando as intenções do governo estadual e a responsabilidade de defender a tradição da Vila Socialista. Rejeitar a enganação de pôr para cima os ídolos da burguesia e defender o movimento. Vamos defender sim a Vila Socialista e os lutadores Milton e Noraldino.

Viva a luta direta e independente dos trabalhadores!

Ocupar e Resistir! Essa ainda é nossa bandeira!

Construção Civil - Diadema

Os operários estão reclamando dos descontos destinados ao sindicato em seus salários, e da atuação da direção sindical.

Defendemos que o sindicato deve ser sustentado com a contribuição voluntária e consciente dos trabalhadores, e não através dos descontos obrigatórios. Está se fazendo um trabalho de sindicalização na classe, para avançar nesse sentido.

É preciso também que sejam realizadas assembléias massivas, que organizem a luta direta contra o plano Real de arrocho e desemprego. Essas assembléias precisam colocar a organização das Comissões de Fábricas e de Obras, para dar organização ao movimento.

Lutemos pelas assembléias com democracia operária, que possam dar expressão à tendência e necessidade de luta da classe!



Movimento Operário